



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

30 DE SETEMBRO DE 2016

ATA

1 Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, na
2 Sala de Reuniões do Gabinete Ministerial do Edifício Sede da Secretaria de Direitos
3 Humanos, reuniu-se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,
4 para sua 70ª Reunião Ordinária. **Presentes:** Eugênia Augusta Gonzaga –
5 *Presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*; Diva
6 Santana – Conselheira representante de familiares; Ivan Cláudio Marx –
7 Conselheiro representante do Ministério Público Federal; Rosa Maria Cardoso da
8 Cunha – Conselheira representante da sociedade civil; Vera Silvia Facciolla Paiva –
9 Conselheira representante de familiares; Daniel Josef Lerner - Coordenador Geral
10 da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; Cristina Pires Schein; Silvan
11 Carlos De Azevedo Campos; Jacqueline da Silva; Gislane Rufino Araújo; Gabriela
12 Linhares Bezerra; Hellen Cristina Rodrigues de Freitas – Equipe da Comissão
13 Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

14 **Abertura.** A Presidente da Comissão abriu os trabalhos apresentando os membros
15 da equipe aos conselheiros. A seguir, passou a dar os informes gerais sobre os
16 procedimentos administrativos na CEMDP. O conselheiro Ivan solicitou que quando
17 for coletado material genético de desaparecidos políticos, cujos restos mortais
18 podem estar fora do país, que esses familiares sejam informados de que as
19 informações genéticas poderão ser enviadas aos países onde ocorreu o
20 desaparecimento. Feita a leitura da ata da reunião anterior e as correções
21 pertinentes, a mesma foi considerada aprovada e será juntada ao procedimento
22 administrativo n.º 0005.211854/2015-64.

23 Em seguida foi solicitada a identificação das famílias que se recusam a receber
24 contato da Comissão, para que os próprios conselheiros tentem o contato. A
25 conselheira Diva sugeriu que as reuniões da CEMDP ocorram nos diferentes da

26 Federação, como forma de promover maior aproximação entre os familiares e a
27 CEMDP.

28 Foram dados informes a respeito dos três casos de indenização pendentes, Pedro
29 Alexandrino, Flávio Ferreira da Silva, João Bosco Penido Brunier. Deliberou-se que
30 os casos de Pedro Alexandrino e Flávio Ferreira da Silva serão dados
31 encaminhamentos para pagamento, pois todas as providências parecem ter sido
32 esgotadas; para o caso de João Bosco Penido Brunier deliberou-se, do mesmo
33 modo, no sentido de que, caso faltem apenas providências administrativas, as
34 mesmas deverão ser concluídas e os autos encaminhados para pagamento ou
35 pautados para a próxima reunião caso haja necessidade de deliberações
36 específicas.

37 Deliberou-se pela elaboração de uma agenda para os conselheiros visitarem alguns
38 parlamentares solicitando emendas ao orçamento de 2017.

39 Foi feita uma apresentação do relatório de atividades da CEMDP e durante essa
40 apresentação foi feito um relato bastante amplo de todas as atividades que a
41 Comissão vem realizando. O relatório foi aprovado e foi deliberado o seu envio para
42 os familiares.

43 O coordenador da CEMDP, Daniel Lerner relatou sobre a reunião realizada no
44 Gabinete do Ministro da Justiça e Cidadania no qual foi deliberada que a Portaria do
45 Grupo de Trabalho Araguaia deverá ser adaptada para a nova conjuntura ministerial.
46 A respeito do órgão de seguimento da Comissão Nacional da Verdade deliberou-se
47 que a CEMDP indicará para participar do grupo de estudo a sua presidente, Eugenia
48 Gonzaga como titular e o Sr. Daniel Josef Lerner como suplente.

49 A respeito da cooperação entre as Clínicas dos Testemunhos, Conselho Federal de
50 Psicologia e CEMDP, deliberou-se pelo início da parceria pelos familiares
51 localizados em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e
52 pois são os locais onde já existem Clínicas do Testemunho.

53 Foram dados os informes sobre o caso de Batista e Anísio Teixeira. Diva informou
54 que está tentando contato com os familiares de Batista, porém para esse caso faz-
55 se necessário alteração da Lei 9.140/95, abrindo novo prazo para reconhecimento
56 da condição de morto e/ou desaparecido político. Deliberou-se que a coordenação
57 da CEMDP fará articulações com o gabinete da SEDH para definir a melhor maneira
58 de realizar a modificação da Lei 9.140/95. Sobre o caso de Anísio Teixeira deliberou-
59 se pela extração de cópia do procedimento para representação Ministério Público
60 Federal local sem prejuízo do prosseguimento de investigações acerca da
61 localização dos restos mortais realizadas pela própria Comissão.

62 Sobre o caso de João Leonardo deliberou-se por enviar convite a antropóloga
63 Márcia Hattori, para que colabore com a CEMDP nas pesquisas preliminares com
64 documentação ante e pós morte, efetuando viagem ao local o mais rapidamente
65 possível. As providências necessárias à exumação serão de responsabilidade do
66 médico perito Samuel Ferreira em acordo com a Superintendência de Polícia
67 Científica (IML) do estado da Bahia.

68 Deliberou-se pela solicitação de uma emenda parlamentar para a desapropriação da
69 Casa da Morte em Petrópolis.

70 Deliberou-se pela abertura de procedimento administrativo para uma cada um dos
71 locais de memória, visando o registro e encaminhamentos de providência a serem
72 deliberação para cada um desses locais.

73 Deliberou-se pela elaboração e assinatura de Protocolo de Intenções visando a
74 colaboração entre a CEMDP e a Comissão de Anistia.

75 Deliberou-se que a próxima reunião será no dia 02 de dezembro de 2016 em
76 Marabá – PA. Na mesma oportunidade se realizará audiência pública para tratar
77 sobre as investigações dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. A Dra. Eugenia
78 Gonzaga está em contato com o Ministério Público Federal da região, articulando
79 local para a realização do evento.

80 A coordenação da CEMDP providenciará contratação de consultoria para realização
81 de trabalho ante-morte com todos os familiares de desaparecidos políticos. Esse
82 profissional trabalhará em conjunto com os psicólogos das Clínicas do Testemunho
83 na elaboração de um protocolo de abordagem ante-morte. O Comitê Internacional
84 da Cruz Vermelha – CICV disponibilizará profissional para realizar formação com o
85 profissionais que estarão envolvidos nos trabalhos de redação do protocolo ante-
86 morte.

87 A coordenação da CEMDP relatou também as iniciativas tomadas para contratação
88 de consultores para atuarem junto ao do GTP e GTA. E ainda que seguem as
89 negociações para a contratação da Internacional Commission of Missing People –
90 ICMP, que realizará as análises de DNA no âmbito do GTP.

91 **Encerramento.** A Sra. Eugênia Augusta Gonzaga agradeceu a presença de todas e
92 todos. A presente ata será encaminhada a todos os conselheiros, para que façam
93 suas observações até a próxima reunião da Comissão.